



O PAPEL DA HERANÇA FAMILIAR NA SELEÇÃO ESCOLAR: O CASO DO CONCURSO VESTIBULAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DO ANO DE 2010

Silvana Rodrigues de Souza Sato – UFSC

Resumo: Propomo-nos no presente estudo analisar alguns aspectos que compõem a herança familiar e que, conseqüentemente influenciaram as trajetórias escolares de uma amostra de 168 calouros de todos os cursos da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010. O trabalho com os dados empíricos demonstrou que os pais dos estudantes possuem alto capital escolar, já que 46% dos pais são graduados ou pós-graduados e 42% das mães são formadas em nível superior. Quanto às profissões exercidas pelos genitores, mais da metade (51%) exercem ofícios que exigem grau superior. Boa parte das famílias possuem bom rendimento mensal, entre dois e dez salários mínimos. Quase a metade dos acadêmicos (48%) mora em imóvel próprio e aponta que seus familiares acompanham os seus estudos universitários. A proximidade com os espaços de formação educacional e o valor que as famílias atribuem ao sistema de educação favorece o trânsito dos seus descendentes na escola e principalmente, no acesso à instituição de ensino superior pública. A herança familiar, nessas dimensões analisadas, pesa a favor dos herdeiros (BOURDIEU, 1964).

Palavras-chave: Democratização do acesso. Ensino superior. Concurso vestibular. Herança familiar. Capital escolar.

Introdução

Os indivíduos relacionam-se de diferentes formas com o saber. Como têm mostrado os estudos de Charlot (2000), estas formas vão sendo construídas ao longo de suas vidas, juntamente com a de seus pais. Os filhos de famílias de reduzido capital cultural¹, por exemplo,

apresentarão uma relação com as obras de cultura veiculadas pela escola que tende a ser interessada, laboriosa, tensa, esforçada, enquanto para os indivíduos originários de meios culturalmente privilegiados essa relação é marcada pelo diletantismo, desenvoltura, elegância, facilidade verbal ‘natural’ (CATANI & NOGUEIRA, 2007, p. 9).

¹ Os estudos de Pierre Bourdieu demonstram que o capital cultural pode existir sob três formas: “no *estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no *estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no *estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 2007, p. 74).

Esta maneira desigual de se relacionar com os conhecimentos interfere nas representações dos alunos ao longo dos diferentes processos de aprendizagem, com consequências imediatas sobre a avaliação escolar, ainda mais porque, consciente ou inconscientemente, os agentes das instituições organizam os métodos e meios utilizados, objetivando determinados resultados. As famílias que concebem com mais clareza as regras desse jogo educativo (*illusio*) fazem uso de estratégias para que seus descendentes respondam com maior habilidade e competência ao que a escola espera.

Como vêm mostrando os estudos sociológicos, a herança familiar e cultural exerce toda sua força na trajetória do sujeito e, por mais que continuemos acreditando nas possibilidades de mobilidade social pelo acesso à educação em instituições para esse fim, esses espaços contribuem mais fortemente para a preservação do que para uma ascensão dos grupos menos favorecidos econômica e culturalmente. Além disso, de acordo com Bourdieu (1964), o sistema escolar legitima as desigualdades sociais e aceita a herança cultural e o *dom* como aptidões naturais.

O vocábulo *herança* designa, frequentemente, em seu sentido genérico, patrimônio deixado por alguém aos seus descendentes. Nossa intenção, ao trabalhar essa categoria de análise, inspira-se no autor citado (BOURDIEU, 1964) e visa a demonstrar que o conjunto de bens materiais e/ou culturais de uma família pode ser herdado pelos filhos, na maioria das vezes, no convívio familiar. As famílias planejam ações e *estratégias de reconversão de capitais* a fim de obter resultados positivos frente ao destino social dos seus filhos. Entendem e pretendem que seus destinos - escolares, profissionais e sociais - sejam influenciados pelas relações e posições sociais ocupadas pelo grupo familiar.

Analisaremos alguns componentes das realidades familiares de uma amostra de 167 aprovados no concurso vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina do ano de 2010. Nossa intenção é observar a força da herança familiar antes, durante e após o processo de seleção para pleitear vaga em uma universidade pública, a saber: a renda familiar, a influência na escolha e acompanhamento do curso, a moradia, o percurso escolar e a profissão dos pais.

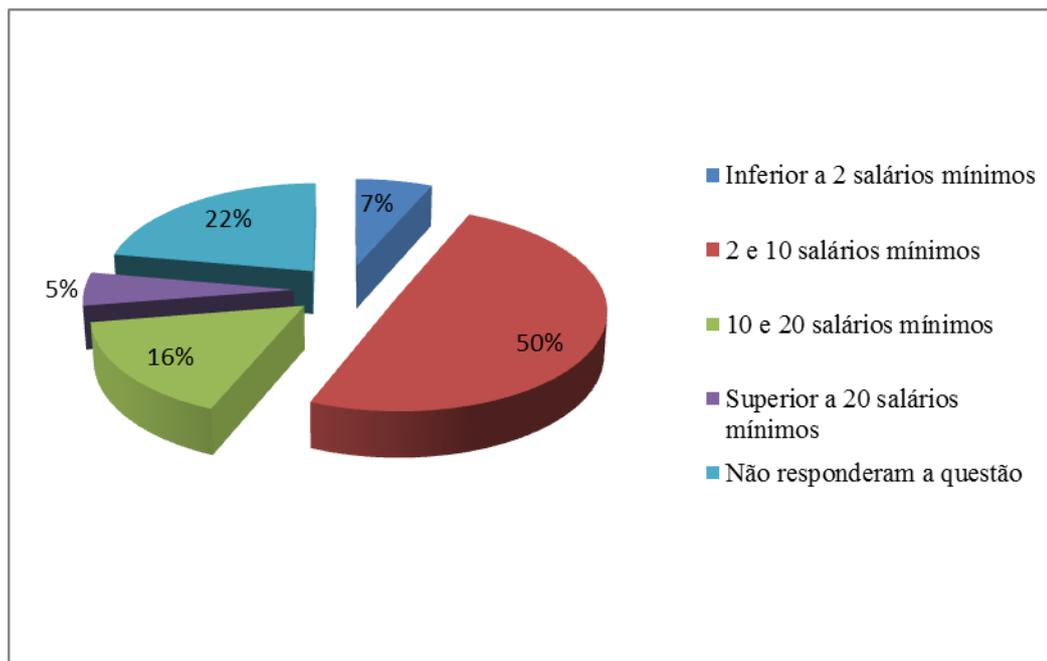
Quando a condição financeira pesa na balança da seleção: a renda familiar dos calouros

Inúmeros são os fatores que podem pesar na aprovação em um concurso vestibular. Apesar de os calouros reconhecerem que o maior fator de sucesso no exame é uma boa preparação (71%), os estudos sociológicos têm mostrado que existem outros aspectos importantes para serem investigados. Concordamos que os jovens mais bem preparados ao longo de sua escolarização se diferenciam nas situações em que seus conhecimentos são testados, mas é necessária uma análise mais profunda para perceber que não são apenas os fatores individuais – e meritocráticos - que pesam sobre os resultados de um processo seletivo. Fatores como o *capital econômico* da família possibilitam a esse agrupamento social reverter sua renda em outros *capitais*, como o cultural, o social e o simbólico. Esta estratégia de *reconversão de capitais* permite aos candidatos de diferentes concursos, principalmente das universidades públicas, melhorar suas chances para enfrentar a competição pelas vagas universitárias.

Valle, Barrichello e Tomasi (2010) analisaram a renda familiar dos vestibulandos da UFSC no período de 1998 a 2007. Constataram que houve abertura para um novo público nesse período. Em 1998, 53% dos inscritos no concurso eram jovens de famílias com renda superior a 10 salários mínimos; desses, mais de 60% conseguiram uma vaga no ensino superior público catarinense. É justamente essa faixa salarial que apresentou a maior queda no ano de 2007, tanto no número de inscritos quanto no de classificados. O número de inscrições e aprovações de alunos com renda familiar entre sete e dez salários mínimos manteve-se estável no período pesquisado. Na faixa salarial de três a sete salários mínimos, houve crescimento pela procura do ensino superior em mais de 10% e, no número de classificações, em aproximadamente 5%. Observa-se um aumento significativo no número de inscritos e classificados com renda de até três salários mínimos, mas as autoras reafirmam que até o ano de 2007 jovens provenientes dessas famílias são os que menos acessam a UFSC.

E a nossa amostra de aprovados, o que nos diz a respeito da variável renda mensal familiar no ano de 2010?

Figura 1 – Renda familiar mensal aproximada da amostra dos aprovados



Fonte: Questionários aplicados aos calouros da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010 e pertencentes ao acervo do projeto “Democratização do ensino superior em Santa Catarina”.

A metade dos universitários que responderam à enquete provém de famílias com renda mensal entre dois e dez salários mínimos; um percentual grande de acadêmicos não respondeu à questão da renda familiar (22%); já 16% assinalaram que o rendimento de suas famílias está entre dez e vinte salários; 7% possuem uma renda inferior a dois salários mínimos e 5% dos calouros possuem renda superior a vinte salários (Figura 1). Surpreende a semelhança percentual entre esses dois últimos grupos, pois se encontram nas duas extremidades da estrutura social: uns, com as maiores rendas e outros, na faixa das menores. Vale destacar que alguns estudantes apresentaram uma relação entre a profissão dos pais e a renda familiar, que não constitui o piso salarial da categoria. Essas respostas nos fazem supor uma omissão proposital de informações, ou pouca importância conferida à questão da renda, ou, eventualmente, desconhecimento da renda mensal da família.

Os estudos de Valle, Barrichello e Tomasi (2010), abrangendo o período de 1998 e 2007, apontavam um número crescente de alunos com renda familiar mensal de dois a dez salários mínimos com acesso a vagas na UFSC. Confirmamos, na enquete, este significativo crescimento, pois, em 2010, metade dos aprovados procedia de famílias com esta renda. Os percentuais de estudantes com renda inferior a dois salários (7%) e, no outro extremo, com rendimentos mensais superiores a vinte salários (5%), chamam a atenção por representarem índices relativamente baixos de acesso à UFSC.

No entanto, o que surpreende é o fato de que os primeiros representam uma grande fração da população brasileira, enquanto os últimos, uma fração ínfima. Conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2009, o número de brasileiros com rendimentos mensais de um e dois salários mínimos era de aproximadamente 36 milhões, enquanto o grupo de renda mensal de mais de vinte salários mínimos não chegava a 80 mil indivíduos. Esses índices revelam a profunda desigualdade de rendimentos mensais entre os brasileiros e que os mais favorecidos podem mais facilmente converter seu capital econômico em capital universitário.

Podemos afirmar que grande parte dos calouros do ano de 2010 proveem de famílias com bom rendimento mensal. Evitamos, porém, enquadrá-los na categoria “classe social”, pois

as noções de espaço social, de espaço simbólico ou de classe social não são, nunca, a prova [única] em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica que, a propósito de um objeto bem situado no espaço e no tempo, [...], mobiliza uma pluralidade de métodos quantitativos e qualitativos (BOURDIEU, 1996, p. 14).

A partir desta concepção, nossa intenção é pôr em evidência o maior número de informações sobre o grupo investigado, para nos aproximar mais das características e dos diversos “capitais” dos jovens que acessam a Universidade Federal de Santa Catarina.

O exemplo familiar e profissional: a influência na escolha e o acompanhamento do curso universitário

A família transmite um volume de *capital cultural* e certa disposição para operar de modo mais ou menos eficaz com este capital. As disposições vão sendo interiorizadas (*habitus*²) pelos filhos de maneira consciente e, por vezes, inconsciente, contribuindo para as ações dos herdeiros frente às exigências sociais. A herança cultural difere de acordo com o espaço social e das relações que o indivíduo mantém no interior do seu grupo.

² “Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem habitus, sistemas de disposições duráveis e transmissíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a um objetivo sem supor uma visão consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem se constituir no produto de obediência às regras. Tudo isso se orquestra sem ser o produto da ação organizadora de um chefe de orquestra” (BOURDIEU, 1980).

Em geral, perpetuar as famílias e suas heranças é objetivo perseguido pelos agrupamentos sociais. Consequentemente, o destino escolar e profissional dos filhos é alicerce importante na consolidação e continuação das trajetórias familiares. Nos últimos anos, parece ter havido uma influência mais flexível dos pais em relação às escolhas profissionais dos filhos, o que não quer dizer que esta tenha desaparecido nos momentos da escolha de uma profissão. Nossas fontes demonstram que, no instante de os filhos decidirem a graduação que gostariam de cursar, a maioria dos pais não opinou (44%), contra 17,37% que declararam que seus genitores participaram em suas escolhas. Muitos acadêmicos, cujos pais participaram das decisões profissionais, salientam que essa interferência aconteceu por meio de diálogos nos quais se procurou demonstrar a importância das profissões que exercem e o que conseguiram construir, praticando determinada atividade profissional.

A influência das profissões dos pais ou dos ofícios bem-exercidos por antigos professores são exemplos que por vezes determinam a escolha da profissão. Apesar de 46% dos calouros registrarem que ninguém influenciou sua opção, não podemos desconsiderar o fato de 25,75% indicarem que alguém de alguma maneira exerceu influência sobre sua escolha. Além disso, muitos responderam que os pais acompanham sua vida acadêmica. No manejo dessas variáveis, percebemos a importância da família e de suas estratégias escolares, assim como dos professores dos calouros, que, positiva ou negativamente, influíram na escolha do curso e no acompanhamento da vida acadêmica do filho ou aluno.

Bourdieu (1981) sinaliza que a semelhança de origem econômica e social entre professores e alunos explica certa familiaridade nos diálogos e nas atitudes entre esses parceiros. Estabelece-se, assim, o que Bolívar (2005) chama de *aliança meritocrática* entre as categorias altamente dotadas de capital cultural e a profissão docente. Os resultados positivos desta união podem ser verificados na vontade de seguir as mesmas carreiras profissionais dos docentes, como salientado por uma caloura: “*quem influenciou minha escolha pelo curso de geografia foram os meus professores de geografia, principalmente dos cursinhos*”.

O espaço físico: a tranquilidade da moradia própria

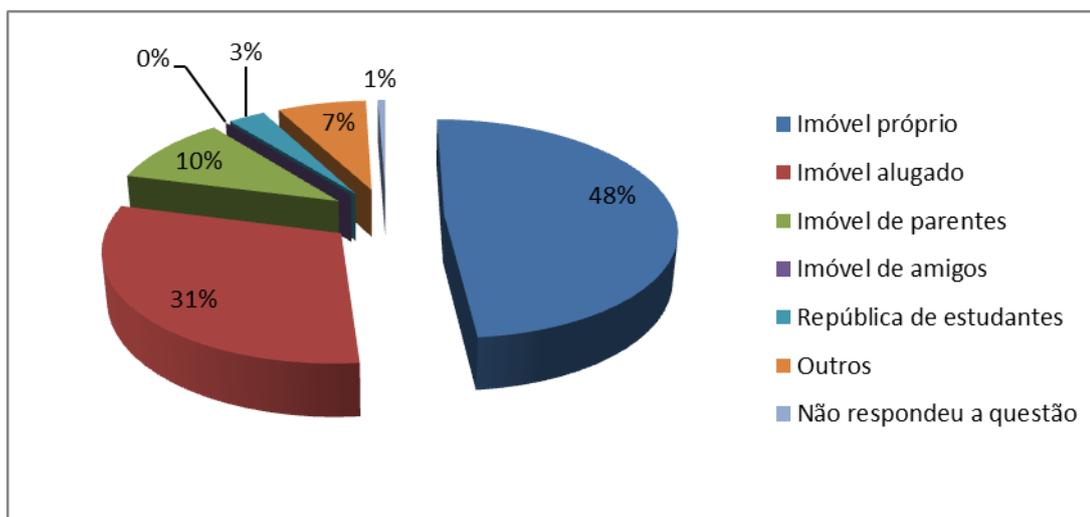
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domícilios (PNAD), fornece dados sobre moradia própria no Brasil³. Num

³ Disponível em: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/.../0000000126.pdf. Acesso em: 18 mar. 2012.

universo estimado de 58,5 milhões de unidades domiciliares, segundo a amostra, foram registrados 43 milhões de domicílios próprios em 2009, o que representa cerca de 73,6% do total. O número de domicílios próprios no país representa um acréscimo de apenas 0,6% em relação ao apurado no ano anterior (2008). Infere-se que mais de 70% da população brasileira reside em domicílio próprio.

A análise do tipo de moradia atual dos calouros revelou que quase metade deles (48%) mora em casa própria. No entanto, ao tomar conhecimento das médias nacionais, essa resposta já não causa tanta surpresa, pois o número de brasileiros com imóveis próprios, como pudemos ver, aumentou no último ano. O percentual de acadêmicos que não pagam aluguel cresce quando consideramos que 10% moram em casas de parentes, totalizando 58% da amostra. Habitam em moradias alugadas 31% dos calouros investigados, seja em apartamentos ou casas (pensões ou repúblicas) (Figura 2). De qualquer maneira, a grande maioria dos estudantes usufrui da tranquilidade de residir em uma moradia própria, na casa dos pais (48%) e de parentes (10%). De parte dos que moram com parentes, mesmo que porventura tenham que ajudar nas despesas, seus gastos serão provavelmente mais baixos do que os custos de universitários que locam um imóvel.

Figura 2 – Onde moram atualmente os universitários

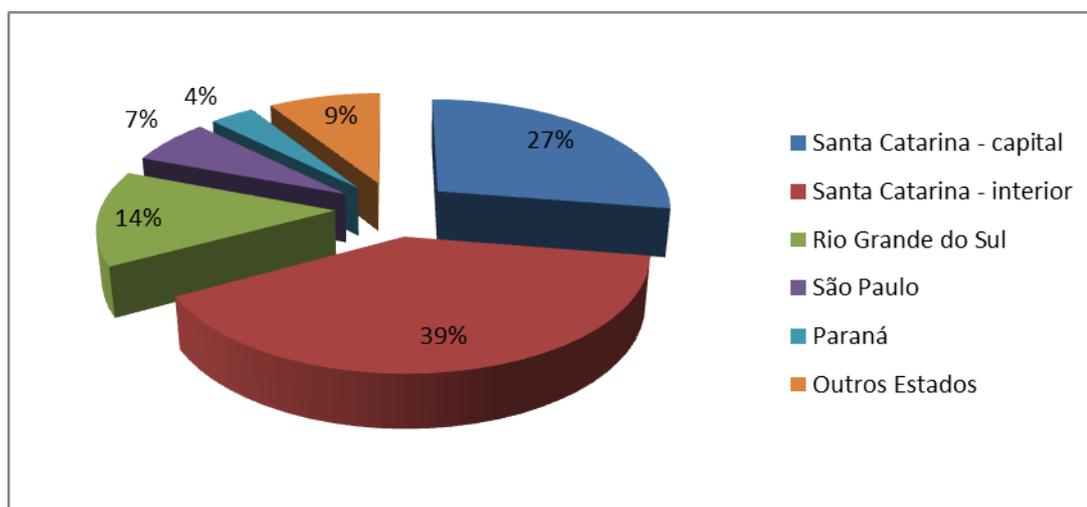


Fonte: Questionários aplicados com calouros da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010 e pertencentes ao acervo do projeto “Democratização do ensino superior em Santa Catarina”.

Morar em residência própria não significa residir com suas famílias nas cidades onde frequentam os cursos (campus de Florianópolis, Araranguá, Joinville e Curitibanos), pois alguns dos calouros moram com parentes ou colegas de universidade, como já sinalizamos. Outros, possivelmente, moram com os pais porque, como pudemos observar (Figura 3), 27% dos aprovados da nossa amostra nasceram na capital catarinense e a grande maioria dos calouros estuda em Florianópolis.

Destacamos o alto índice de aprovados (66%) nascidos no Estado catarinense; destes, 27% são oriundos da cidade de Florianópolis e 39%, de cidades do interior do Estado. Juntos, ocupam a maior parte das vagas nos cursos da UFSC; 14% nasceram no Estado do Rio Grande do Sul. Após os catarinenses, são os universitários gaúchos que ocupam mais cadeiras nos centros acadêmicos da instituição. Em terceiro lugar, os do Estado de São Paulo, com 7%; os paranaenses representam apenas 4% e o total de outros Estados, 9%.

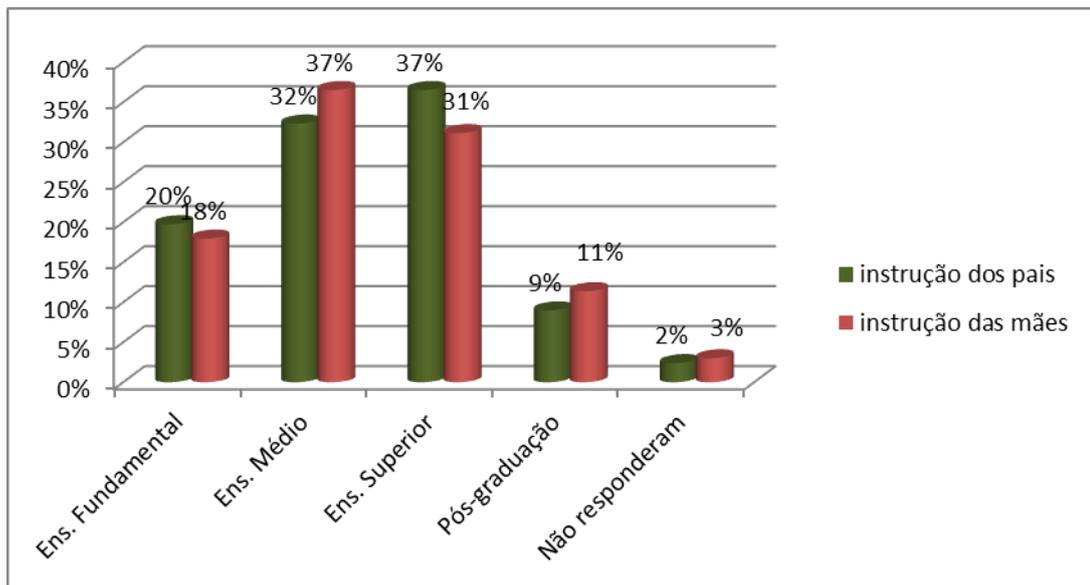
Figura 3 – Estados e cidades de origem dos acadêmicos



Fonte: Questionários aplicados com calouros da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010 e pertencentes ao acervo do projeto “Democratização do ensino superior em Santa Catarina”.

Um percurso escolar fortemente influenciado pelo “capital escolar” dos pais

Analisar o percurso escolar dos pais e mães dos calouros permite estender a reflexão para além das questões meritocráticas, pois os jovens não mobilizam apenas o domínio dos conteúdos exigidos nos exames dos concursos vestibulares, como têm mostrado os estudos sociológicos sobre o princípio de igualdade de oportunidades e o ideal meritocrático. Dubet (2008, p.27) chama atenção para outros aspectos expondo que “em todos os países, mas em graus diversos, os alunos originários das categorias sociais mais privilegiadas, os mais bem munidos em capital cultural e social, apresentam um rendimento melhor, cursam estudos mais longos, mais prestigiosos e mais rentáveis que os outros”. Pois, as articulações acontecem também no nível dos bens materiais e sociais familiares, os quais favorecem o acesso aos conteúdos e, conseqüentemente, a outros capitais.

Figura 4 – Grau de instrução do pai e da mãe dos calouros

Fonte: Questionários aplicados com calouros da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010 e pertencentes ao acervo do projeto “Democratização do ensino superior em Santa Catarina”.

A análise dos níveis escolares dos pais dos acadêmicos (Figura 4) demonstra que 32% possuem ensino médio, 37% são graduados e 9% realizaram curso em nível de pós-graduação, o que significa que quase metade dos pais (46%) possui nível superior. Já nos dados referentes às mães, encontramos uma inversão nos percentuais em relação ao ensino médio e ao ensino superior: o número de formadas no segundo grau é maior (37%) do que no ensino superior (31%). As mulheres também são mais representativas do que os homens no nível de pós-graduação: 11% das mães são pós-graduadas. Assim, elas somam 42% com nível de escolaridade superior. Observa-se que os percursos escolares dos pais e das mães dos estudantes que acessaram a UFSC no ano de 2010 são marcados por níveis elevados de instrução educacional, se considerarmos a persistência dos baixos índices de escolarização da população brasileira e catarinense.

A constatação de que os pais dos calouros possuem uma elevada formação em nível de ensino médio, de ensino superior e de pós-graduação, nos leva a supor que atribuem grande valor à escola e aos títulos que ela concede. Esta postura da família, como têm mostrado vários estudos, se faz presente no incentivo à leitura e à escrita desde que os filhos são pequenos, até o acompanhamento nas atividades escolares. Mas essa participação e organização das tarefas vai além das responsabilidades escolares, pois os pais se mantêm vigilantes sobre a maneira como seus filhos utilizam o tempo, além das atividades

extracurriculares (esportes, intercâmbios, viagens de estudo e recreativas) que frequentam ou praticam. Não podemos ignorar que as estratégias familiares “por si sós não garantem a transmissão de disposições escolares favoráveis ao sucesso escolar” (LAHIRE, 1997, p. 28), porque é necessário visualizar a participação individual nesse processo. O que estamos confirmando na análise de diferentes componentes desta amostra de aprovados no concurso vestibular é que as estratégias familiares foram positivas e influenciaram o percurso bem-sucedido até a educação superior.

A profissão dos pais dos calouros

A noção de capitais⁴ desenvolvida por Bourdieu (1980), especificamente o conceito de capital social, nos interessa aqui por partirmos do pressuposto de que os indivíduos mobilizam este tipo de capital nas relações que mantêm dentro de um determinado grupo social. O autor está convencido de que o capital social pode ser utilizado como recurso de permuta dentro de um grupo dotado de bens, que podem ser comuns ou não. Os espaços sociais, econômicos e geográficos ocupados são de extrema relevância nos momentos de trocas materiais ou simbólicas. Na busca pela manutenção destes contatos, os postos de trabalho ocupados pelos pais se tornam mais uma estratégia a possibilitar a troca de informações e materiais, as quais auxiliam a todos que integram a família, entre eles seus descendentes, sobretudo no que concerne às perspectivas escolares e profissionais.

Chamam a atenção na nossa análise os percentuais de pais (23%) e mães (28%) que exercem profissões que exigem formação universitária. Estes números seriam, provavelmente, ainda mais elevados se cruzássemos dados mais detalhados sobre o grau de formação dos pais que são funcionários públicos, comerciantes, autônomos, empresários, donas de casa, pois muitos certamente possuem graduação. Um elevado número de profissões exercidas pelos

⁴ Segundo Valle (2008, p. 104-105), um dos elementos fundadores da sociologia do poder simbólico é o *capital*. [...] existem diferentes espécies de capital e não apenas o *capital econômico* no sentido estrito (riqueza material, dinheiro, bens, valores simbólicos); *capital social* (ligado ao acesso durável de uma rede de relações ou ao fato de pertencer a um grupo estável, no qual o indivíduo pode mobilizar suas estratégias e multiplicar seu capital inicial); *capital cultural* (constituído pelos saberes, competências e outras aquisições culturais, esse capital revela as desigualdades de desempenho segundo a classe social de origem); *capital simbólico* (representado pela acumulação do prestígio e das honrarias, esse capital assinala as diferenças e reafirma a distinção de classes sociais); *capital linguístico* (a variedade linguística do grupo dominante se impõe como marca de prestígio, qualificando a maneira de falar e de se expressar dos dominados); *capital escolar* (exemplo da distribuição diferenciada dos diversos capitais, contribui com a legitimação e reprodução da posição no espaço social. A maior ou menor posse desses capitais oferece os meios de conversão em outros capitais, mas também as possibilidades de sua multiplicação e transmissão).

pais dos acadêmicos investigados exige nível superior (51%). Assim, as experiências que esses genitores tiveram nos corredores universitários são transmitidas e incentivadas de várias maneiras aos filhos. Mas essas não são as únicas famílias a investir no prolongamento da escolarização. Muitos grupos familiares que não tiveram oportunidade de acessar os bancos escolares de nível superior também desejam que seus descendentes conquistem diplomas universitários, às vezes por acreditarem em maiores rendimentos salariais, mas também pelo capital simbólico que a instituição universitária atribui aos portadores dos seus títulos. A distinção entre essas famílias, tenham ou não nível superior, são os diferentes meios utilizados para incentivar seus descendentes: os primeiros conhecem melhor os códigos explícitos, mas sobretudo implícitos, do espaço escolar, do que os segundos.

Considerações finais

Inspirados nos estudos de Bourdieu e Passeron (1964; 2008) procuramos alcançar um objetivo mais amplo que é desvelar as relações sociais que são tecidas entre os diferentes *campos* que compõe o mundo social. Os campos social e econômico estão entrelaçados com o campo da educação, assim sendo os agentes envolvidos nesses espaços sociais utilizam de estratégias para reproduzir e promover a manutenção das suas posições.

Os estudos dos autores citados acima demonstram que a escola é uma das instituições modernas que também contribuem para reproduzir a cultura dominante. Corroborando com esse entendimento, Valle (2007) enfatiza que a tomada de consciência em relação ao papel reprodutor do sistema escolar é muito recente, pois, por muito tempo, a tradição libertária do movimento operário marxista expressou veneração pela educação e cultura⁵. Tal veneração era considerada legítima por Bourdieu em seus estudos, mas, ao mesmo tempo, ela introduz o esquecimento de que a ciência e a arte são universais, existindo pessoas, grupos ou classes que detêm o monopólio do universal. Esses grupos dispõem de meios específicos de autopropetuação e autoproteção dentro dos seus campos de vivência e atuação. A escola não fica indiferente a esse processo, pois também é uma instituição construída para identificar e legitimar o dom, a inteligência e o mérito. Os inteligentes, dotados e merecedores terão sucesso dentro e fora dela; os demais devem contentar-se com os lugares supostamente inferiores na pirâmide escolar e na hierarquia social. As desigualdades sociais, na maioria das vezes, são reproduzidas e reafirmadas pelas desigualdades geradas no interior das escolas.

⁵ Ver, a esse respeito, Althusser (1985).

O nosso modelo de organização social justifica que as famílias e a escola lembrem incessantemente a importância da obtenção dos títulos escolares para que os indivíduos consigam empregos, remunerações e posições sociais reconhecidas. Por isso, Bourdieu (1996, p. 35) enfatiza que “a reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural se dá na relação entre as estratégias das famílias e a lógica específica da instituição escolar”. Os grupos familiares buscam perpetuar socialmente seus descendentes por meio de seus privilégios, conhecimentos e estratégias (matrimoniais, educacionais, econômicas), estimulando seus *herdeiros* a acessar as mais qualificadas instituições escolares e, em seguida, os altos postos da hierarquia social. A escola colabora com esse trabalho ao valorizar determinados *habitus linguísticos*, por exemplo, e não outros. Assim, os *habitus* esperados e trabalhados dentro do espaço escolar são os das classes superiores, o que permite que seus filhos enfrentem as situações escolares com mais facilidade que os oriundos de outros grupos sociais.

Juntamente com outros autores, Bourdieu e Passeron (2008) afirmam que um sistema de ensino que assegura a todos a igualdade formal diante de provas idênticas e a obtenção de diplomas e, conseqüentemente, a igualdade de oportunidades de acesso a postos de trabalho, satisfaz o ideal pequeno-burguês de “equidade formal”. Assim, compreende-se melhor a tendência geral de multiplicar nas sociedades modernas os dispositivos de exame, enaltecendo-os socialmente e, ainda, por meio de uma utilização generalizada na organização e no funcionamento do sistema de ensino. Portanto:

sistemas tão diferentes quanto os da França moderna e da China clássica devem suas orientações comuns ao fato de que estão de acordo em fazer de uma exigência de *seleção social* a ocasião de exprimir completamente a tendência propriamente professoral para maximizar o valor social das qualidades humanas e das qualificações profissionais que eles produzem, controlam e consagram (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 176).

Dessa forma, os sistemas escolares só conseguem impor perfeitamente o reconhecimento de seu valor e de suas classificações porque suas ações favorecem determinadas classes sociais. Os indivíduos aderem às hierarquias escolares pelo sistema de valores que construíram dentro da sua classe de origem e, também, pela posição social e pelo valor no mercado dos títulos conferidos pela escola (BOURDIEU; PASSERON, 2008). Ao realizar seu trabalho de “inculcação da cultura dominante”, a escola produz disparidades entre os agentes, o que resulta em sofrimentos profundos e incompreensões por parte dos indivíduos envolvidos no processo de aprendizagem. Segundo Valle (2007, p. 127),

uns se sentem infelizes porque não obtiveram da escola aquilo que esperavam ou, se tiveram sucesso na sua escolaridade, é a sociedade ou o mercado de trabalho que os decepciona; outros porque são excluídos ou fracassam na escola, atribuindo a si mesmos a responsabilidade por seu percurso escolar.

O espaço escolar, envolto nos ideais meritocráticos, dissimula a ação-reflexão sobre seu trabalho e autoridade pedagógica, geradores de violência simbólica.

Constatamos, portanto, que as características familiares se refletem positivamente no percurso escolar dos filhos, no caso, dos nossos calouros. As famílias possuem um bom rendimento mensal, entre dois e dez salários mínimos. A maioria dos calouros reside em imóvel próprio (de seus pais ou parentes próximos). Quanto à escolarização, 46% dos pais são graduados ou pós-graduados; o nível de formação superior das mães também é alto (42%). Além disso, 51% dos genitores exercem profissões que exigem grau superior. Podemos afirmar que o capital escolar dos pais da nossa amostra é alto e esta sua proximidade com o sistema escolar favorece o trânsito dos seus descendentes na instituição superior, por sua maior familiaridade com os espaços de formação educacional. Como se vê, a herança familiar, nas dimensões analisadas, pesa a favor dos herdeiros.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOLÍVAR, A. Equidad educativa y teorías de la justiça. *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, v.3, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.rinace.net/arts/vol3num2/art4.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

BOURDIEU, P. Épreuve scolaire et consécration sociale. *Revista Actes de la recherche en science sociale*, v. 39, n. 1, 1981.

_____. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

_____. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs). *Escritos da educação*. 9 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 71-79.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.

_____; PASSERON, J. C. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris: Minuit, 1964.

CATANI, A; NOGUEIRA, M. A. (Orgs). *Escritos da educação*. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CHARLOT, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DUBET, F. *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez, 2008.

LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

VALLE, I. R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu. *Revista da Faculdade de Educação da USP*; São Paulo, vol.33, n.1, p. 117-134, 2007.

_____. Pierre Bourdieu: A pesquisa e o pesquisador. In: BIANCHETTI, L. e MEKSENAS, P. (Orgs). *A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa*. São Paulo: Papirus, 2008, p. 95-117.

_____; BARRICHELO, F.A.; TOMASI, J. Seleção meritocrática versus desigualdades sociais: Quem são os inscritos e os classificados nos vestibulares da UFSC (1998-2007)? *Linhas Críticas*, Brasília, v. 16, n. 31, p. 391-418, jul./dez. 2010.